



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

LEI MUNICIPAL Nº 1713/2017

DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO PARA
O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2018.**

PEDRO LORENZI, Prefeito Municipal de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica em vigor no Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2018, referentes aos Poderes do Município, seus fundos e órgãos da Administração Direta.

§ 1º - Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I – tabela da receita do Município para 2018.

II – anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei nº 4.320/64;

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º - O orçamento fiscal e da seguridade social do Município de Paulo Bento, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, art. 1º, §1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma da despesa fixada acrescida da reserva de contingência conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 15.339.166,55
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 604.518,49
Receita de Contribuições	R\$ 1.113.400,91



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

Receita Patrimonial	R\$ 262.480,00
Receita de Serviços	R\$ 322.000,00
Transferências Correntes	R\$ 13.034.667,15
Outras Receitas Correntes	R\$ 2.100,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 166.000,00
(-) Dedução Da Receita Corrente	R\$ 2.162.675,64
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 13.342.490,91
DESPESAS CORRENTES	R\$ 12.248.442,19
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 6.992.442,55
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 30.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 5.225.999,64
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 948.634,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 145.413,87
TOTAL DA DESPESA E RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 13.342.490,91

**CAPÍTULO III
DA APRESENTAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Seção I
Da Classificação Orçamentária da Receita e da Despesa**

Art. 3º - Fica ao Poder Executivo autorizado a desdobrar a receita orçamentária até o nível solicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do RS, para acompanhamento da execução do orçamento.

Art. 4º - A despesa fixada, é disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários organizados pela classificação da despesa institucional, estrutura programática e natureza da despesa até o nível de elemento.

Parágrafo Único - Fica autorizado ao Poder Executivo e ao Legislativo, para fins de execução orçamentária:

I – criar, transferir, ou extinguir desdobramentos à classificação orçamentária da despesa por elementos de despesa;



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

II – criar e modificar as destinações de recursos.

**Seção II
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, observados os arts. 8º, 9º e 13º da Lei Complementar nº 101/2000, mediante a utilização dos recursos:

I – da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei nº-4.320/64, até o limite de 20% do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional (re-estimativa), ou despesa fixada no caso de entidades que não possuam receitas próprias;

II – da Reserva de Contingência, com valores específicos para este fim no anexo de riscos fiscais.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, independente do limite estabelecido no artigo anterior às despesas relativas a:

I – as dotações orçamentárias para pagamento de pessoal e encargos;

II – as dotações orçamentárias para pagamento da dívida fundada e encargos;

III – até o limite do excesso de arrecadação devidamente comprovado proveniente:

a) de receitas vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

b) de recursos livres;

IV – até o limite do superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais;

V – as dotações orçamentárias vinculadas a Educação e a Saúde.

§ 1º - Considerar-se-á excesso de arrecadação, para efeitos desta Lei, o



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

estorno de restos a pagar efetuado no exercício, conforme o vínculo de recurso, que se transforme em liberação de recursos financeiros como fonte de custeio para novas despesas.

§ 2º - Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades gestoras do orçamento, sendo que os créditos adicionais que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.

Seção III

Das Transposições, Remanejamentos e Transferências

Art. 7º - Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º - A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais

§ 2º - Para efeitos das leis orçamentárias entende-se:

I – transposição: o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – remanejamento: deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações de relativas a servidores que alteram a lotação durante o exercício;

III – transferência: deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de governo.

CAPÍTULO IV

**DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE
CRÉDITOS**

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no decorrer do exercício,



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

atendidas as disposições do artigo 38º da Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções do Senado Federal que dispõem sobre a matéria.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ajustar o presente orçamento no que se refere ao Plano de Contas elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, em razão das prováveis mudanças que

deverão ser implementadas até o final do exercício, desde que não altere valores de receita e despesa, apenas adequando as codificações atuais às do novo Plano de Contas, se necessário.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Bento, RS, aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezessete.

PEDRO LORENZI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra.

MOISES SCHILLO
Secretário Municipal de Administração, Planejamento
Fomento e Meio Ambiente